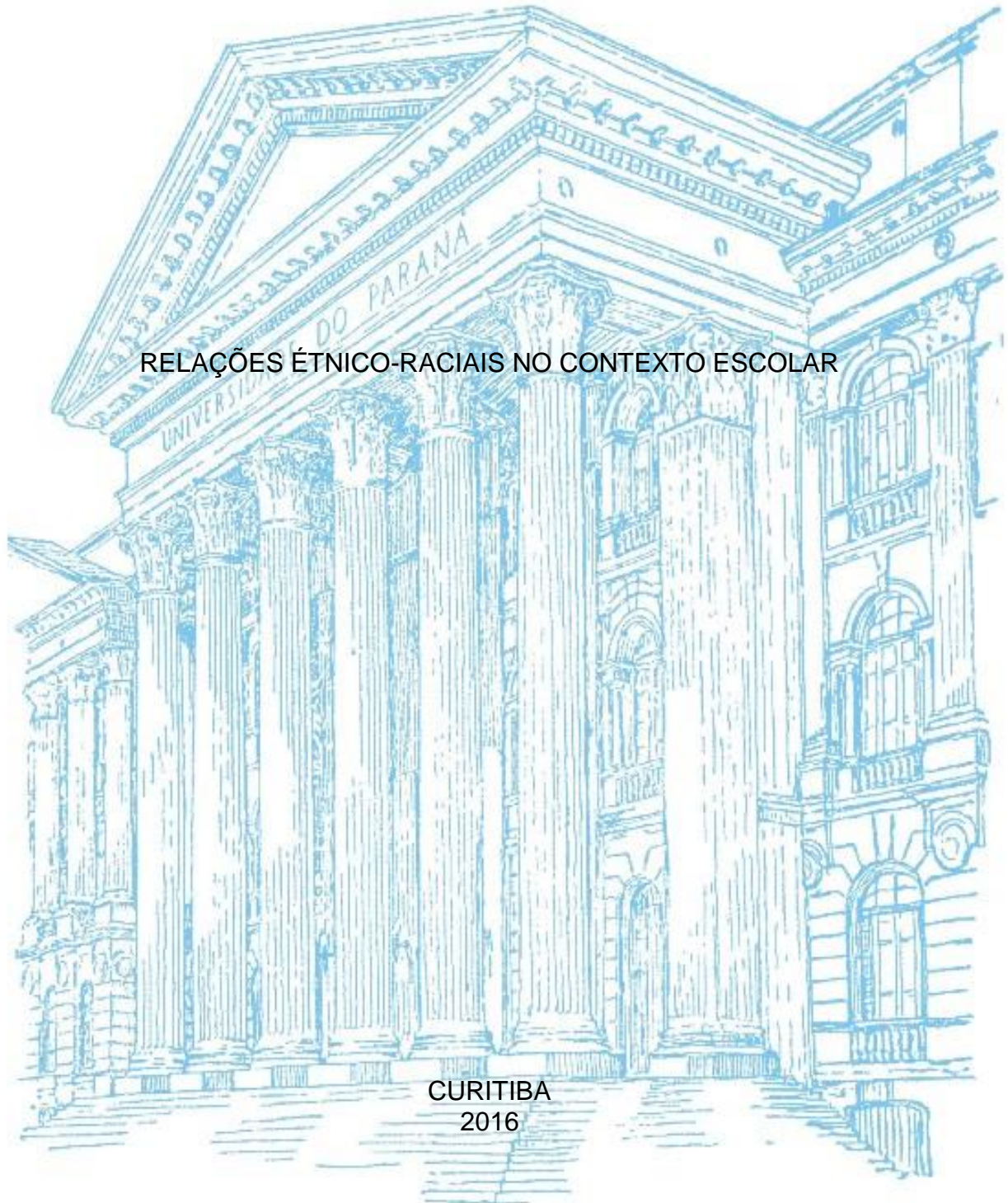


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

VIVIANE APARECIDA COSTA PAIVA MACHADO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

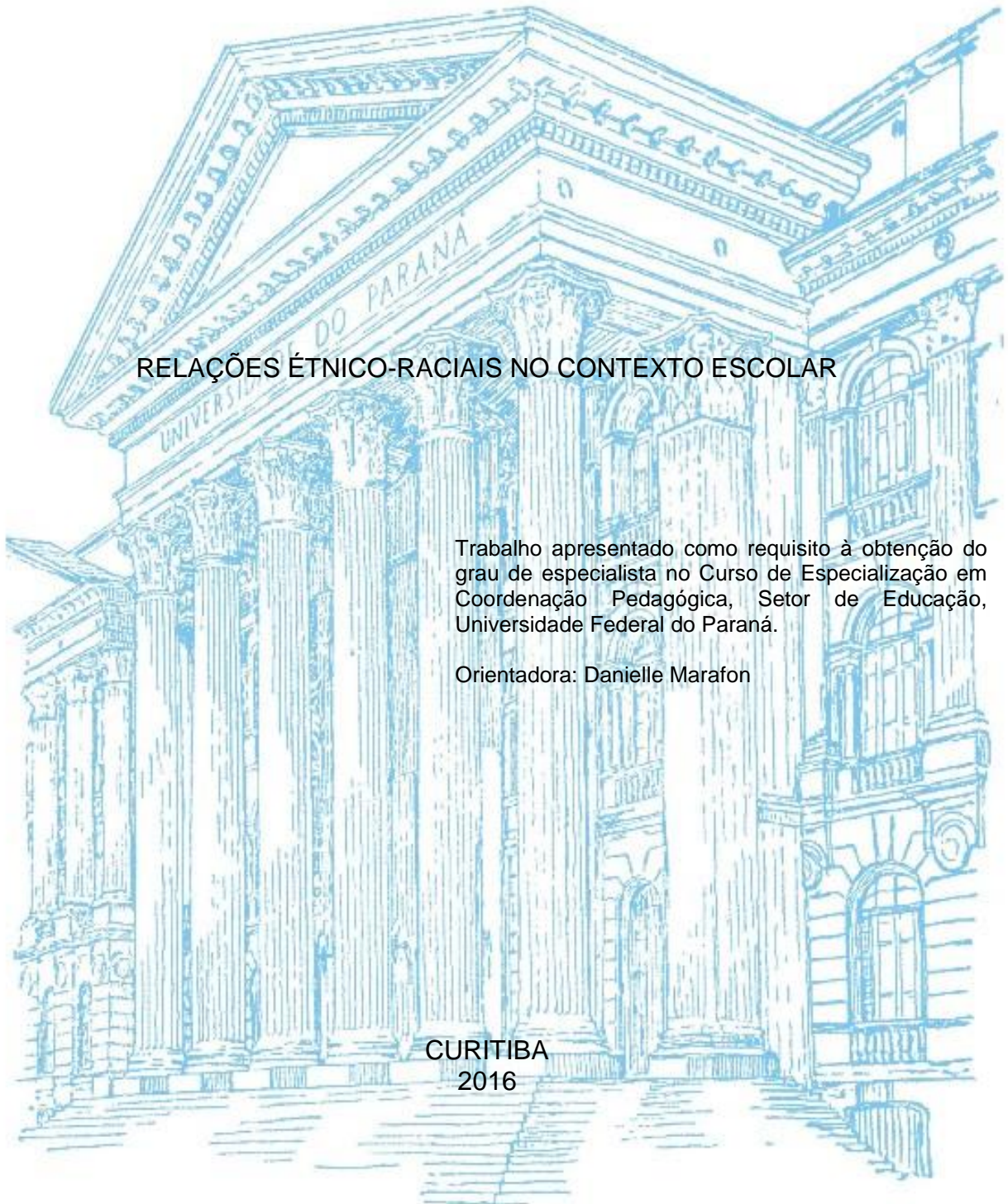
VIVIANE APARECIDA COSTA PAIVA MACHADO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Danielle Marafon

CURITIBA
2016



RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NO CONTEXTO ESCOLAR

VIVIANE AP^a COSTA PAIVA MACHADO*

RESUMO

O presente trabalho é resultado de análise de publicações de experiências, estudo de leis e pesquisas, análise de relatos de experiências de educadores e observações do contexto escolar, e busca contribuir para um ensino de qualidade que tem por princípio a valorização do ser humano. Dentre os capítulos nos quais se divide esse trabalho direcionado à temática "História e Cultura Africana e Afrodescendente" prima-se pela efetivação do trabalho com essa temática, na forma como determina a lei 10. 639/03. Parte da reflexão de história de lutas pelo combate ao racismo e pela criação de políticas de valorização da identidade negra, tendo a escola como locos privilegiados de (trans) formação de homem e de sociedade. Para tanto, não poderia deixar de referendar a importância do professor como agente crítico e transformador no contexto escolar, na reflexão sobre sua prática cotidiana, no repensar currículo, ao assumir uma postura positiva no trato da diversidade étnico-racial articulando os conteúdos dessa temática no cotidiano de sala de aula. Além de abordar possibilidades de inovações da prática pedagógica com vistas a sensibilizar, motivar os professores a se lançarem na direção de um trabalho que realmente atenda as necessidades sociais e que colabore para uma cultura de paz.

Palavras-Chave: Currículo Escolar, Valorização da Identidade Afrodescendente e Africana, Efetivação da Lei 10.639/03.

*Artigo produzido pela aluna Viviane Aparecida Costa Paiva Machado do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Danielle Marafon. E-mail: paivaviviane@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Ao analisar a escola que se tem, ao projetar a escola que se quer, se faz necessário assumir com muita responsabilidade a parcela de contribuição enquanto educadores e cidadãos co-responsáveis pelo processo de transformação e construção de escola e sociedade democrática e de direito de todos.

Em meio a tantas demandas para a escola pública, estamos diante de novas exigências que afirmam a importância social da escola para o alcance da sociedade almejada. E conclui-se que, a resposta adequada aos novos desafios que se apresentam, implica estudos, pesquisas, reflexões, participação coletiva, engajamento como afirmam Candau (2006, 2012), Gomes (1996, 2003, 2011), Alarcão (2001, 2010), Sousa Santos (2001), Moreira & Candau (2003) e outros estudiosos em diálogo com documentos que sustentam e legitimam o trabalho das instituições de ensino como a Lei de Diretrizes e Base da Educação, as Diretrizes Nacionais de Educação Básica, as Diretrizes Estaduais de Educação Básica do Paraná, a Lei 10.639/03, pareceres, orientações e resoluções.

Marcado por divergências entre teorias e práticas, as experiências de trabalhos realizados nas escolas públicas com a lei 10.639/03 revelam que estes são caracterizados como esporádicos ou são desenvolvidos apenas em dias específicos.

Diante desta constatação, a presente pesquisa busca contribuir com o coletivo escolar a (re)pensar sua realidade, avaliar seu contexto educacional e suscitar discussão, essencialmente, junto aos vários segmentos da comunidade escolar e local com vista a alteração metodológicas e didáticas e/ou intervenções pedagógicas que correspondam à melhoria da qualidade social da educação escolar, no tocante, à valorização da identidade africana e afro-brasileira, numa perspectiva de escola enquanto espaço de aquisição de conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade no decorrer da história e de reconstrução e produção de conhecimentos.

Além de situar historicamente a luta dos povos africanos, afrodescendentes e de movimentos sociais por políticas de combate a naturalização da violência e exclusão, conteúdo do capítulo II; desvela no capítulo III, as dificuldades apontadas pelos professores na efetivação do trabalho com essa temática, promove reflexão sobre a rica contribuição desses povos na formação da cultura brasileira e aponta possibilidades para o trabalho com a temática.

Esta pesquisa qualitativa baseia-se em coleta de informações através de consulta a documentos, aplicação de questionário ao corpo docente e integrantes da equipe multidisciplinar num trabalho de (re)conhecimento da realidade ao mesmo tempo em que estabelecendo um contraponto entre o que determina a lei e o que se efetiva na prática com relação ao Ensino da História e Cultura Africana e dos Afrodescendente.

2 BREVE HISTÓRICO DE LUTAS DO MOVIMENTO NEGRO NO CAMPO EDUCACIONAL POR POLÍTICAS CONTRA O RACISMO

2.1 O SENTIMENTO NATURALISTA E A IDEOLOGIA DE BRANQUIAMENTO

Várias foram as medidas de afirmação da naturalização da inferioridade do africano e afrodescendentes quando da insustentabilidade de sua condição como escravo no Brasil. Registra-se aqui entre muitas outras, conforme mencionadas em (Paraná, 2008) a publicação de Sermões com bases teológicas e filosóficas naturalizando o castigo aos escravizados, ideologias de negação do negro que o "coisifica" posto que era mercadoria; políticas de imigração de povos "superiores" como alemães, italianos com a intenção de extinguir a comunidade negra; publicação de textos cujo conteúdo tratava dos obstáculos que a população do Brasil, por ser composta de grande número de negros, representava para o progresso do país; o temor da população negra superar em número a população branca e exercer certo domínio, fato esse que levou à massificação do conceito "Os negros eram responsáveis pela corrupção dos costumes. Por natureza, são os pretos de um temperamento frouxo" (? Apud Paraná, 2008, p. 20); negação de vistos para entrada de africanos no país, a preocupação com o futuro da população branca registrada na frase "continuasse o ingresso de africanos no Brasil veremos a África transplantada no Brasil e a classe escrava nos termos da mais decidida preponderância" (Maciel da Costa apud Paraná, 2008, p.20); a negação, especialmente nas escolas, da verdadeira história de rupturas do sistema escravistas, por ser ações pensadas, determinadas, organizadas por povos "inferiores", "desumanizados"; publicações de decretos como o de nº 1.331 de fevereiro de 1854 que estabelecia que nas escolas públicas do país não seriam admitidos escravos; o Decreto de nº 7.031, de 6 de setembro de 1878 que

estabelecia que os negros só podiam estudar no período noturno; a negação da contribuição de conhecimentos africanos em todos os campos para a cultura brasileira; disseminação de linguagens, expressões depreciativas, estigmatizadas em relação ao povo negro; a apresentação do continente africano como lugar atrasado, primitivo, sujo, inóspito, e a perpetuação de ideias distorcidas, divulgadas sobre o Egito por exemplo, que por até hoje encantar, fascinar pelas técnicas e conhecimentos empregados é tido como terra de brancos, de faraós e rainhas loiros conforme caracterizados pelos cinemas; o silêncio em torno da existência de comunidades quilombolas nos estados federativos, inclusive no Paraná; o mito da "democracia racial" que pregava a inexistência de conflitos étnicos do país e em contrapartida, a ideologia do reconhecimento da diversidade como sendo prática preconceituosa, discriminatória.

2.2 IMPLANTAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS COMPONENTES CURRICULARES

O Movimento Social Negro lutou arduamente pelo reconhecimento e valorização étnica, porém de acordo com Paraná (2008) seu êxito estava atrelado a imperativos legais e à conquista da obrigatoriedade do cumprimento da Lei 10.639/03 que garante uma educação pautada pelo respeito à diversidade. A partir de então as políticas de reconhecimento da diversidade étnica materializada na lei 10.639/03 ganha impulso e força, já que há muito esse movimento vinha lutando às sombras de interesses que tentavam abafar suas manifestações e protestos e sucumbir os ideais de luta, inclusive, falsificar a realidade de uma democracia racial e até mesmo desconsiderar a necessidade de uma lei que determinasse o reconhecimento étnico, que para tanto, bastaria boa vontade da sociedade para que os negros fossem incluídos e respeitados.

Ainda em Paraná (2008) como consequência foram estabelecidos outros passos, princípios e programas que não raro foram alvo de críticas que tem levado os negros a viver situações de constrangimento e exclusões. Críticas estas, cujos conteúdos remetem à questão de mérito, haja vista, a educação está para todos.

É sabido que o processo silencioso de ideologias de branqueamento, de democracia racial, de negação e inferiorização do negro habilmente tecido e imposto sobre a sociedade foi e ainda continua presente e forte.

A implantação das relações étnico-raciais nos componentes curriculares tem por desafio o enfrentamento dessas teorias e ideologias pautado no compromisso pela melhoria da qualidade da educação que se faz pela constante reflexão sobre o processo educacional e na relação do professor com o conhecimento e com os valores culturais. Avanço que implica na valorização da história e a influência do povo negro nos contextos social, cultural, político e econômico brasileiro. É um importante instrumento para o processo da democracia e para a transformação social. A adoção de políticas afirmativas e de reconhecimento destinadas aos afrodescendentes figura entre os temas de discussões dos movimentos organizados há muitos anos. Conforme exposto em Paraná (2008) tais reivindicações têm levado o país a assumir posturas e compromissos internacionais que visam combater as desigualdades e racismo que ainda permeiam a sociedade brasileira, construída historicamente sobre os pilares da democracia racial.

No Paraná, a Deliberação do Conselho Estadual de Educação nº 04/06 estabelece que o Projeto Político Pedagógico das instituições contemple na organização de todas as disciplinas a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no decorrer do ano letivo na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica. E trata, ainda, de providências quanto à formação dos profissionais, da responsabilidade da mantenedora em dotar as escolas de um acervo que possibilite a consulta, a pesquisa, a leitura, o estudo por parte de alunos, professores, funcionários e comunidade; trata ainda da composição de equipes multidisciplinares de caráter permanente para dar suporte aos professores para o desempenho do que preceitua a presente deliberação, estabelece a inclusão no calendário escolar do dia 20 de novembro como Dia nacional da Consciência Negra e este como um momento de culminância das atividades desenvolvidas ao longo do ano letivo.

Ao estabelecer a obrigatoriedade da Lei 10.639/03 procurou garantir à população negra o que estabelecia os artigos 3º e 5º da Constituição Federal, preceitos estes que, para grande parcela de desfavorecidos, não passava de formalidade. Nos últimos anos, importantes conquistas como o sistema de cotas e uma política de inserção da temática da diversidade étnico-racial nos diferentes níveis de governo, nas áreas da Educação, na saúde, geração de empregos, renda e cultura têm sido importantes vitórias do Movimento Negro e de seus aliados anti-racistas. No entanto, a discriminação e exclusão atual, mesmo que de forma velada,

continua a naturalização da ideia de que os espaços reservados aos negros são as periferias, favelas, espaços domésticos, de que os sistemas de cotas supre a falta de capacidade intelectual do negro em conquistar por próprio mérito as vagas em universidades.

3 O TRABALHO COM A TEMÁTICA "HISTÓRIA E CULTURA AFROBRASILEIRA E AFRICANA" NO CONTEXTO ESCOLAR

3.1 DIFICULDADES APONTADAS POR PROFESSORES PARA A EFETIVAÇÃO DO TRABALHO COM A TEMÁTICA

Em questionários destinados aos professores, tendo esses como sujeitos de extrema importância no processo de implantação da Lei 10.639/03 constata-se que de forma geral a lei ainda se apresenta com enormes lacunas que inviabilizam sua efetivação dentro das escolas. A realidade desfavorece os estudos coletivos, as reuniões, a manutenção e continuação de trabalhos que vinham sendo realizados, o conhecimento mais minucioso da comunidade escolar e fortalecimento de vínculos, bem como o conhecimento da política educacional e organizacional da instituição e até mesmo conhecimento do que ela dispõe para colaborar com o processo de ensino e aprendizagem.

Em relação ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme informado em pesquisa com o coletivo escolar, os elementos dispostos nos parágrafos anteriores são impeditivos para a efetivação do trabalho. Outros ainda podem ser listados para contribuir para o prejuízo desse ensino, como por exemplo, há o conhecimento da existência da lei 10.639, porém seu teor é desconhecido, quase nada se sabe sobre a deliberação estadual que instrui sobre a execução da lei em nível local e assim acontece com os demais dispositivos legais e documentos que sustentam o trabalho com a temática.

Com raras exceções, houve negativas com relação à ocorrência de estudos, reflexões, leitura, debates e análise desses dispositivos que legitimam o trabalho com a lei 10.639, a saber, o Parecer 3/2004, deliberação nº 04/06, resoluções, orientações e outros ainda disponibilizados, inclusive no Portal dia a dia educação.

Configura-se aqui uma realidade que se distancia muito do que está posto em documentos formais. Conforme exposto em Paraná, 2008

[...] o parecer sobre a lei realizado pelo Conselho Nacional de Educação precisa ser conhecido por todos os educadores, sendo que todos os estados e municípios devem realizar pareceres do mesmo teor instruindo sobre a execução da lei em nível local. (Cunha Jr, in: Paraná/SEED, 2008, p.93)

Cunha Jr (2008, p. 94) acrescenta ainda que “uma das dificuldades para a implementação da Lei 10.639 está no campo dos educadores em conhecer a importância da história e da cultura africana para compreensão da história do Brasil”.

Esses fatos justificam a revelação do coletivo escolar de que, na maioria das vezes, o trabalho com a lei permanece apenas no registro formal das Propostas Pedagógicas Curriculares das disciplinas (PPC) e dos Planos de Trabalho Docente (PTD) configurando contrariedade ao disposto em:

Art. 26- A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003)

Parágrafo único. Ao tratar da história da África e da presença do negro (pretos e pardos) no Brasil devem os professores fazer abordagens positivas, sempre na perspectiva de contribuir para que o aluno negro-descendente mire-se positivamente quer pela valorização da história de seu povo, da cultura de matriz africana, da contribuição para o país e para a humanidade. (Deliberação 04/16 do Conselho Estadual de educação do Paraná)

Como resposta ao questionamento a maioria dos professores relatou não ter conhecimento sobre os integrantes da equipe multidisciplinar da escola, que não tem havido procura por esse segmento para o favorecimento do trabalho sobre a etnia africana e afro-brasileira. E quanto à solicitação da contribuição dos professores para a efetivação desse trabalho, a maioria deixou o campo sem resposta ou responderam que são solicitados apenas em data(s) pontual(is), como por exemplo, a Semana da Consciência Negra. Ressalvo algumas poucas contribuições que responderam haver estudos, debates, porém quando surge interesse dos professores, e que contribui para a efetivação da lei quando há oportunidade.

Em outros momentos os professores consideram haver insegurança no trato da temática e o temor de acentuar o preconceito e a discriminação. Relataram haver dificuldade em contextualizar os conteúdos da temática com os demais conteúdos da disciplina, há carência de conhecimento sobre a cultura de base africana, predomínio de práticas ainda conservadoras ou “neutras” no âmbito educacional diante da questão racial, práticas distantes de uma análise histórica, sociológica,

política e antropológica sobre a diversidade étnico-cultural, ou seja, falta aprofundamento teórico para abordar a temática numa perspectiva atualizada que possibilite uma releitura sobre a história desses povos e sua inquestionável participação enquanto trabalhadores e construtores de riqueza não só material, mas também cultural base da própria identidade brasileira.

Essa constatação, em parte, pode ser tomada como consequência da pouca articulação do coletivo escolar para estudos, debates e reflexões, falta de interação no planejamento de práticas pedagógicas e ainda pouco envolvimento da equipe multidisciplinar. Haja vista, o relato da carência de material para pesquisa, carência de formação para os profissionais, e os poucos materiais disponibilizados para a formação da equipe multidisciplinar pouco tem contribuído para sanar dúvidas dos membros da equipe ou ajudado na intervenção em situações de conflitos de ordem raciais na instituição e pouco favorecido a articulação do coletivo durante o ano letivo para planejamento de ações, debates, estudos, reflexões; a maioria dos registros traz a disponibilidade de tempo como fator negativo neste aspecto.

Em consequência disso, afirmaram ser raro o envolvimento da equipe diretiva no decorrer do ano com o trabalho desenvolvido pela equipe multidisciplinar no que diz respeito a inteirar-se de planejamentos, de estudos realizados, das dificuldades enfrentadas, das ações exitosas, bem como das que não obtiveram sucesso; exceto em datas pontuais. Conforme exposto por membros da equipe multidisciplinar, raramente são requisitados por algum professor ou por grupo deles para compartilhamento de ideias, dúvidas, sugestões. Relataram que o coletivo é receptivo ao trabalho da equipe, pois estão cientes quanto às exigências do trato com a temática, no entanto, ainda há os que acreditam ser desnecessária a atuação da equipe multidisciplinar ou até mesmo a realização desse trabalho.

A respeito do que fora mencionado nos parágrafos anteriores, Alarcão (2001) faz um convite à reflexão ao pensar a escola como espaço de processo de aprendizagem, de organização que continuamente pensa a si própria, que formar é organizar contextos de aprendizagens exigentes e estimulantes que favoreça hábitos saudáveis com vistas à convivência em sociedade.

Assim, o currículo inerte na folha de papel torna-se vivo na ação do professor com seus alunos. Atribui-se aos professores a capacidade de serem autores sociais, responsáveis em sua autonomia, críticos em seu pensamento, exigentes em sua profissionalidade coletivamente assumida. Solicita-se dos dirigentes escolares a capacidade de liderança mobilizadora

de vontades e ideias partilhadas e efetiva gestão de serviços e recursos. (ALARCÃO, 2001, p.11-12)

Pode-se inferir com Sousa Santos (2001) que dialoga com os estudos de Alarcão (2001; 2010), Gomes (1996; 2003; 2008) e Candau (2012) sobre a importância do coletivo escolar na solução de problemas. A escola que discute, cria conhecimento para superar as dificuldades e os problemas da sua comunidade. Solução essa que os conhecimentos de cientistas consagrados não são capazes de abarcar devido às particularidades. E nessa perspectiva, entende que a melhor forma de vencer os obstáculos impostos pela realidade oficial, são as trocas, a transversalização entre as lutas de diferentes grupos. Depreende-se da contribuição do autor que, grupos que se identificam com um mesmo ideal; devam compartilhar os anseios, as frustrações, as inquietações, bem como, as ideias inovadoras, as práticas exitosas, enfim, unir esforços para a superação dos desafios em prol do bem comum.

Mesmo diante de um conglomerado de ideias de diferentes estudiosos em educação e os dispositivos legais citados ao longo do texto, faz-se oportuna a contribuição das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Paraná (p.14-15) ao afirmar que, a escola contribui para o tipo de participação social que caberá aos sujeitos, e ainda, estabelece estreita relação entre o tipo de conhecimentos e o modo como são socializados ao tipo de sociedade que se tem ou que se queira formar. Conclui-se que, diante da constatação da existência de tantos obstáculos é cada vez maior a necessidade, conforme mencionado em parágrafos anteriores, de se pensar e agir coletivamente para que a escola cumpra com sua função social.

3.2 O TRABALHO COM A TEMÁTICA NO CONTEXTO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA VALORIZAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O advento da Lei 10.639 vem fortalecer os movimentos sociais que lutam por uma sociedade mais justa e democrática por se tratar de alterações no processo educacional entendido, conforme exposto por Moreira e Candau (2008) como tempo e espaço favorecido pela grandeza de diversidade e que cabe aos sujeitos desse espaço saber lidar com esse fenômeno de forma a preservar, reavaliar ou até mesmo ressignificar a sua particularidade ao mesmo tempo em que respeitando a

sua individualidade, bem como a dos demais e nessa perspectiva provoca os profissionais de educação a refletir currículo sob essa óptica.

Ou seja, trata-se de desafiar a ótica do dominante e de promover o atrito de diferentes abordagens, diferentes obras literárias, diferentes interpretações de eventos históricos, para que se favoreça ao(à) aluno(a) entender como o conhecimento socialmente valorizado tem sido escrito de uma dada forma e como pode, então, ser reescrito. Não se espera, cabe reiterar, substituir um conhecimento por outro, mas sim propiciar aos(às) estudantes a compreensão das relações de poder envolvidas na hierarquização das manifestações culturais e dos saberes, assim como nas diversas imagens e leituras que resultam quando certos olhares são privilegiados em detrimento de outros. (MOREIRA & CANDAU, 2008, p.34-35)

Atualmente muitos autores se ocupam em pesquisar sobre a diversidade étnica e cultural africana e afrobrasileira. Muitas dessas obras contemplam conhecimentos, informações, relatos, experiências que mesmo que não utilizadas da forma como apresentados vislumbram possibilidades de trabalhos enriquecedores para a prática pedagógica das instituições escolares e que, se refletidas e pensadas pelo coletivo escolar, muito poderão contribuir para o encorajamento de profissionais ainda cautelosos às mudanças ou à transposição da teoria para a prática, no caso, a abordagem das relações étnico-raciais no cotidiano da sala de aula. Ou, porque não, sensibilizar ou mobilizar os que se mostram resistentes.

No interior da escola são muitos os aspectos a serem observados no trato da temática para banir, desse universo, estereótipos em que o negro é retratado apenas como primitivo, vítima de castigos terríveis, coitado, miserável e quando rebeldes, tratados como derrotados. E banir ainda a ideia de África como lugar atrasado, primitivo, sujo, inóspito e cheio de animais selvagens.

É um trabalho que exige conhecimento e atenção às cenas e situações de ridicularização do negro ou do diferente, desde as mais “ingênuas” histórias, representações por meio de imagens e outras publicações em livros didáticos, frases e ditos populares depreciativos e estigmatizados em relação ao povo negro, letras de música, e outros. Conclui-se com Felinto (2012, p.7) que somente a partir da instrumentalização referenciada e da pesquisa é que os professores terão condições de construir uma sociedade brasileira mais conhecedora de si e de suas potencialidades pautadas em sua diversidade.

Nessa direção, Paraná (2008) reitera que, o universo escolar permeado pelo conhecimento científico deve contemplar uma pedagogia de elevação da autoestima, da recuperação do orgulho de ser negro. Resgatar a África das grandes

civilizações e da grandiosidade do império egípcio, da agricultura desenvolvida, das enigmáticas e monumentais pirâmides, da escrita, do calendário de 365 dias, do desenvolvimento da perfumaria e da medicina, da extraordinária técnica de mumificação, do eficiente sistema de navegação, dos grandes reinos que levantaram cidades, universidades, abundantes riquezas culturais e materiais. Contemplar a África e seu povo na veracidade dos fatos sem folclorizá-los.

Conforme exposto em Paraná, 2008:

Os professores ao tratar da História da África e da presença do negro no Brasil, devem fazer abordagens positivas, sem deixar de tratar do sofrimento provocado pela escravidão, mas não se limitando a esse momento. Devem, antes, realçar a luta dos escravos contra o cativo, a contribuição do negro em todos os campos da cultura brasileira, no passado e no presente. Da mesma maneira, devem tratar a África antes da diáspora; dos conhecimentos em arquitetura, navegação, medicina, ciência, filosofia, matemática, geometria, utilização do ferro, etc. e também da África atual, sempre visando a que o aluno negro-descendente mire-se positivamente, quer pela valorização da história de seu povo, quer pela contribuição atual ao país e à humanidade. (Paraná, 2008, p. 23)

Não se deve no contexto escolar ser conivente com situação proposital de negação da etnia, é preciso valorizá-la trazendo para o debate e reflexão a riqueza da diversidade de tipos humanos. Abordar essa questão em sala de aula facilitará aos alunos negros assumir sua negritude sem problemas. Ainda a esse respeito, o professor no contexto escolar deve agir diante de situações de discriminação e preconceito, numa atitude de valorização da identidade negra, nunca dizendo apenas que não é assim que se age, sem dizer como se age.

É fundamental que se resgate uma imagem positiva do negro, para que a criança negra possa se projetar numa imagem positiva e perceber suas possibilidades de ascensão social e de uma trajetória escolar bem sucedida. Os professores têm colocado um certo temor diante da questão racial, falam o menos possível sobre o assunto, como se na sala de aula existisse uma população homogênea. Para o enfrentamento dessa situação, é necessário que os professores comecem abordando o negro de forma positiva, portanto, contrária ao material escolar. Isso se faz resgatando os feitos das personalidades negras, a atuação coletiva do povo negro, a importância das civilizações africanas; é importante que as manifestações culturais negras, como a religiosidade sejam ressaltadas no seu caráter positivo, e não tomadas como superstições que devem ser banidas em nome do progresso. Grandes figuras da humanidade e, em particular, na história brasileira, eram negros; e quando a autoestima da criança negra estiver reabilitada ela estará preparada para fazer uma discussão sobre a questão racial a partir do ponto de vista, não de alguém a quem vai fazer uma concessão, mas a partir do ponto de vista de que ela é sujeito histórico e, portanto, importante no contexto sócio-cultural do seu país. (José Carlos Gomes dos Anjos, em entrevista a O Diário do Norte do Paraná em 7 de setembro de 1997. In: CARVALHO, 1997, p. 74. apud Paraná, 2008, cadernos temáticos - História

e Cultura afro-brasileira e africana: educando para as relações étnico-raciais, p.33)

Deve, ainda, abordar no trabalho com os alunos o número expressivo de comunidades remanescentes quilombolas existente no Paraná, e que somente a partir de 2004 passaram a ser reconhecidas, até então, ignorados, tinham a existência silenciada, negada. Por meio do conhecimento científico e verdadeiro a escola deve mostrar as diversas lutas de resistência empreendidas pelos escravizados, combatendo a visão de passividade desses povos diante do regime escravagista e a visão paternalista que trata os ganhos desses povos advindos de suas conquistas como sendo presente da elite. Dar visibilidade, no campo educacional, às lutas do Movimento Negro e às suas várias conquistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideologia racial no contexto escolar segundo Gomes (1996) nos remete às teorias racistas do final do século. Segundo a autora as teorias racistas não surgem espontaneamente; são retroalimentadas e legitimam o racismo presente no imaginário social e na prática social e, por conseguinte, na prática escolar. Em seus registros de pesquisas, constatou haver discurso sobre a incapacidade intelectual do negro, revelada na admiração de professores com o bom desempenho intelectual de um aluno negro, ou quando demonstram pouca expectativa em relação a um aluno ou colega de profissão negro. Ainda segundo a autora, também a ideologia do branqueamento ou negação do negro é percebida na tentativa de "suavizar" o pertencimento racial do aluno e professores, apelando para nuances de cor como moreninho, cor de jambo, assim como no passado se defendia a mestiçagem para "clarear a raça" se aproximando dos padrões europeus.

A autora relata ainda ter encontrado nas práticas escolares a suposta primitividade da cultura negra, quando da contribuição das "três raças formadoras" enfatiza-se a cultura europeia como matriz e a negra e indígena como meros adendos, ou seja, algumas contribuições no vestuário, nas crenças. Nega-se, portanto, a riqueza de processos sócio-culturais tão importantes e que são constitutivos da formação da sociedade brasileira. (Gomes, 1996. p.5)

Encontra-se ainda muito presentes, conforme registro de Gomes (1996) a teoria da democracia racial que consiste na afirmação da convivência harmoniosa

das diferentes etnias. Considera-se que aceitar e falar das diferenças seja discriminar. Essa prática de negar as diferenças, segundo a autora, acentua o rebaixamento, a desconsideração, a negação de um povo perpetuando essa condição.

Segundo Diretrizes Curriculares (2008, p.21) "o efeito de toda essa trama ideológica implicou na formação de uma consciência distorcida e preconceituosa em relação ao negro, criando inclusive, dificuldades na articulação de uma consciência negra". A naturalização da exclusão é tão marcada socialmente que, mesmo em épocas atuais, os que lutam contra as políticas afirmativas de discriminação do negro, parecem achar natural as condições subumanas da população negra que subsiste sob piores condições de vida nas favelas, becos e cortiços por todo o país.

Em outro estudo, Gomes (2003, p.3) enfatiza a importância dos professores conhecer os estudos e pesquisas realizadas pela antropologia, sociologia, psicologia social, história, pela comunicação social e outros, que tem as relações raciais como objeto de investigação. Só assim será possível estabelecer relações entre produções teóricas de diferentes áreas do conhecimento e o campo da educação. É preciso entender e considerar a importância da articulação entre cultura, identidade negra e educação; tanto nos processos educativos escolares, como nos não escolares.

Diante do exposto, os professores são sujeitos importantíssimos do e no processo educativo e essenciais para o processo de efetivação da lei 10.639/03 frente às mistificações que até hoje povoam os conteúdos disciplinares. E são chamados a confrontar os conhecimentos que detêm sobre a temática da diversidade étnica. Não há mudança sem que haja conhecimento dos fatos, reflexão, criticidade e a partir daí, necessidade de rever posturas. E somado a isso engendrar a participação dos diferentes sujeitos na avaliação do contexto escolar, sugestões e tomadas de decisões por meio do conselho escolar e mobilizar os diferentes segmentos escolar a participar do processo de ensino e de aprendizagem. Cabe ainda nesse contexto, unir esforços do coletivo escolar com a comunidade para exigir da mantenedora materiais para estudo, pesquisa, leituras, bem como palestras, oficinas e cursos de formação para a efetivação do trabalho com a temática. E ainda, estar conscientes da disciplina necessária para a exploração desse material priorizando o trabalho coletivo num processo de formação continuada na comunidade escolar.

CONCLUSÃO

A realidade vivida no contexto escolar e retratada neste estudo ainda está muito distante do que se apresenta nos documentos que formaliza a educação pública brasileira, conforme disposto na Lei 639/03 em seu Art. 26- A já mencionado anteriormente. Lei esta Contemplada nas Diretrizes Nacionais e Estaduais de Educação e no Projeto Político-Pedagógico das instituições de ensino na forma de trabalho efetivo com o conhecimento que consiste na articulação das relações étnico-raciais com os demais conteúdos de cada componente curricular no cotidiano das salas de aula, numa perspectiva de escola enquanto espaço de aquisição de conhecimentos produzidos socialmente pela humanidade no decorrer da história.

Este estudo tem por propósito mobilizar o coletivo escolar para pensar a escola como espaço de formação humana, considerando-a como um dos espaços que interfere na construção da identidade dos indivíduos. Partindo da premissa de que é necessário ir em busca do verdadeiro conhecimento sobre os povos afrodescendentes e africanos, bem como a trajetória de exploração desses povos e de seu continente que os colocam em condições de dominados e de inferioridade. E nesse sentido, colaborar com encaminhamentos didáticos e metodológicos que propicie o enriquecimento e a renovação da ação pedagógica. Promover a reflexão entre os professores para que direcione o desfecho de conflitos de forma a não oprimir ou exaltar aspectos de qualquer ordem em relação às temáticas da diversidade. Provocar o coletivo escolar a refletir a cerca da importância do reconhecimento da valorização das diversidades humanas e diferenças culturais no espaço escolar, bem como analisar as relações de poder sempre implicadas em situações em que culturas diferentes coexistem no mesmo espaço.

Os registros que compõem o questionário respondido por professores e integrantes da equipe multidisciplinar revelam a disparidade entre a forma como o trabalho com a temática História e Cultura Africana e Afrobrasileira acontece e a maneira como deveria acontecer para que as instituições educacionais cumprissem com sua função na formação integral do ser humano. É dado a perceber que a superação de conflitos a cerca da questão étnica ainda promete muitas batalhas para vencer a guerra da hegemonia, da naturalização da subalternização dos negros, da tímida inclusão de conhecimentos necessário ao combate à discriminação e ao preconceito, a não abordagem dos conteúdos sob diferentes

perspectivas, e assim garantir a participação social em condição de igualdade aos diferentes sujeitos.

O que se depreende por essa pequena amostra colhida das duas instituições objeto de estudo dessa pesquisa, vem confirmar o que a literatura traz sobre o trabalho com a temática: há fragilidade do Projeto Político Pedagógico, há falta de articulação entre os diferentes segmentos e de participação efetiva dos diferentes sujeitos envolvidos no processo educativo nas proposições, falta implementação e avaliação das ações, há carência de conhecimento tanto das leis, resoluções, pareceres e outros que legitimam o trabalho educativo, bem como, de conhecimentos históricos, políticos, sociológicos e antropológicos que sustentariam um ensino pautado no Materialismo Histórico Crítico que visa à produção de conhecimento e não apenas a reprodução fragmentada, descontextualizada, imposta por ideários conservadores na forma como se apresentam nos muitos livros didáticos.

O contexto escolar é permeado por condições de trabalho que desfavorece práticas exitosas. Conclui-se a partir das reflexões proporcionadas por meio das respostas aos questionários respondidos por professores e membros da equipe multidisciplinar e dos referenciais teóricos que embasaram esse estudo que se faz necessário repensar coletivamente e politicamente a prática educacional em cada instituição, avaliar seu contexto no que tange aos aspectos relacionados no parágrafo anterior e alterar o que for necessário, possível e passível de alteração num primeiro momento e gradativamente intensificar as mudanças tendo por objetivo, que também o é dessa pesquisa, a aproximação das condições ideais para o desenvolvimento e concretização do ensino com a temática.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores Reflexivos em Uma Escola Reflexiva**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____, Isabel (Org.). **Escola Reflexiva e Nova Racionalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 003/2004 de 10 de março de 2004. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Relatora: Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Brasília: MEC, jul.2004

BRASIL. **Lei nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e dá outras providências. Brasília: DF, jan. 2003.

CANDAU, Vera Maria Ferrão (coord.). **Somos todos iguais? Escola, discriminação e educação em direitos humanos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2012

_____, Vera Maria Ferrão (org.). **Educação Intercultural e Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006

CUNHA Jr. Henrique. **História africana para compreensão da História do Brasil. In: Educando para as Relações Étnico-Raciais**. Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais Contemporâneos. Curitiba: SEED, 2008, p. 85-95

FELINTO, Renata Felinto (org.). **Culturas Africanas e afro-brasileiras em sala de aula: saberes para os professores, fazeres para os alunos**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012

GOMES, Nilma Lino. **Educação Identidade Negra e Formação de Professores: Um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 167 - 182, jan/jun. 2003

_____. Nilma Lino. **Educação, Raça e Gênero: Relações Imersas na Alteridade**. Cadernos Pagu: Raça e gênero, Campinas: Unicamp, v. 6-7, p. 67 - 82, 1996

_____, Nilma Lino. Diversidade Étnico-racial, Inclusão e Equidade na Educação Brasileira: Desafios, Políticas e Práticas. In: **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Porto Alegre: UFRGS, v.27, nº1, p. 109-121, jan/abril. 2011

_____, Nilma Lino. **Currículo, Conhecimento e Cultura**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília/DF, 2008. Coleção Indagações sobre Currículo.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. **Currículo, Conhecimento e Cultura**. In: Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Departamento de educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília/DF, 2008. Coleção Indagações sobre Currículo.

_____, Antônio Flávio Barbosa. CANDAU, Vera Maria. Educação Escolar e Cultura(s): Construindo Caminhos. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro. nº 23. p.156-168. ago. 2003

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Educando para as Relações Étnico-Raciais**. Curitiba: SEED-PR, 2008. Coleção Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais Contemporâneos.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Educando para as Relações Étnico-Raciais II**. Curitiba: SEED-PR, 2008. Coleção Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais Contemporâneos.

_____. Conselho Estadual de Educação. Deliberação nº 04/2006, de 02 de agosto de 2006. **Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Relatores: Romeu Gomes de Miranda, Marília Pinheiro Machado de Souza, Lygia Lumina Pupatto, Domenico Costella e Maria Tarcisa Silva Bega. Paraná: SEED, ago. 2006

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Dilemas do Nosso Tempo: **Globalização, multiculturalismo, conhecimento. Educação & Realidade**. Porto Alegre: UFRGS, v.26, nº1, p.13-32. 2001